



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

2021 - 2026

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
1.1 Metodologia de elaboração do PDI — sexênio 2021-2026	4
1.2 Vigência, revisão e atualização do PDI.....	4
2 PERFIL INSTITUCIONAL	5
2.1 Dados da Mantenedora.....	5
2.2 Dados da Mantida.....	5
2.3 Caracterização e estrutura da instituição	5
2.4 Missão, Visão e Valores da Unicorp TJ-BA	6
2.4.1 Missão.....	6
2.4.2 Visão	6
2.4.3 Valores.....	6
2.5 Organização Administrativa.....	6
3 ESTRATÉGIA EDUCACIONAL PARA O PERÍODO DE 2021-2026	7
3.1 Diretrizes estratégicas	7
3.2 Perspectivas estratégicas	8
3.3 Objetivos estratégicos	9
3.3.1 Mapa Estratégico	9
3.3.2 Metas e Indicadores de Desempenho	10
3.3.3 Monitoramento dos Indicadores Estratégicos — Sexênio 2021-2026	13
4 ARTICULAÇÃO ENTRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E O PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO	13
5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	14
5.1 Áreas de atuação da UNICORP-TJBA	15
6 PROGRAMAS	15
6.1 Gestão de práticas judiciais e administrativas.....	15
6.2 Métodos consensuais de resolução de conflitos	15
6.3 Desenvolvimento de pessoas.....	16
6.4 Governança pública.....	16
6.5 Formação de formadores.....	16
6.6 Verticalização do ensino	16
7. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS.....	18
7.1 Programação de abertura de cursos de pós-graduação.....	18

7.2 Atendimento às diretrizes pedagógicas	20
7.3 Inovações significativas	21
7.4 Avanços tecnológicos.....	21
8 CORPO DOCENTE	22
8.1 Composição e fundamentos	22
9 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	22
9.1 Critérios de seleção e contratação	22
9.2 Políticas de qualificação, plano de carreiras e regime de trabalho.....	23
10 CORPO DISCENTE.....	23
10.1 Formas de acesso.....	23
10.2 Acompanhamento, frequência e certificação	23
REFERÊNCIAS.....	24

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ministro Hermes Lima — UNICORP-TJBA — constitui instrumento de planejamento estratégico, acadêmico, pedagógico e administrativo para o sexênio 2021-2026. O documento consolida a identidade institucional da Escola, define diretrizes de atuação, organiza as ações educacionais e estabelece parâmetros de acompanhamento, avaliação e melhoria contínua, em alinhamento ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário da Bahia.

O PDI articula missão, visão, valores, fundamentos pedagógicos, áreas de atuação acadêmica, programas formativos, corpo docente, corpo técnico-administrativo, corpo discente, inovação, avaliação institucional e mecanismos de governança. Sua finalidade é assegurar coerência entre os objetivos institucionais, as necessidades de desenvolvimento de competências e os resultados esperados para a qualificação da prestação jurisdicional e administrativa.

1.1 Metodologia de elaboração do PDI — sexênio 2021-2026

A elaboração do PDI observou metodologia documental e participativa, com análise de normativos institucionais, instrumentos de planejamento estratégico, indicadores de desempenho, demandas formativas e diretrizes pedagógicas aplicáveis às escolas judiciais. O processo integrou diagnóstico institucional, definição de prioridades, organização de programas e mecanismos de monitoramento, de modo a subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas da atuação educacional da UNICORP-TJBA.

1.2 Vigência, revisão e atualização do PDI

O Plano tem vigência correspondente ao período de 2021 a 2026 e poderá ser revisado sempre que houver alterações normativas, mudanças estratégicas, avanços tecnológicos, resultados de avaliações institucionais ou novas demandas de formação. As revisões deverão preservar a aderência entre planejamento, execução e resultados.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Dados da Mantenedora

Denominação: Tribunal de Justiça da Bahia

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual

CNPJ: 13.100.722/0001-60

Endereço: 5ª Av. CAB- Centro Administrativo da Bahia, Nº 560, Salvador/BA.

CEP: 41745-004

Home-Page: <https://www.tjba.jus.br/>

2.2 Dados da Mantida

Denominação: Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da Bahia Ministro Hermes Lima.

Dependência Administrativa: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Endereço: 5ª Av. CAB- Centro Administrativo da Bahia, Nº 560, Salvador/BA.

CEP: 41745-004

Criação: Instituída em 2008, por meio da Resolução TJ nº 22/2008.

Home-Page: <https://www.tjba.jus.br/unicorp/>

E-mail: unicorp@tjba.jus.br

2.3 Caracterização e estrutura da instituição

A Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ministro Hermes Lima — UNICORP-TJBA — é unidade estratégica de educação corporativa judicial, responsável por planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar ações de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional destinadas a magistrados, servidores e demais públicos vinculados ao sistema de Justiça, observadas as competências institucionais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

A atuação da UNICORP-TJBA integra educação, gestão do conhecimento, inovação, desenvolvimento de competências e melhoria dos serviços judiciários. A Escola contribui para o fortalecimento da governança, da eficiência administrativa, da qualidade da prestação jurisdicional e da valorização das pessoas no âmbito do Poder Judiciário baiano.

2.4 Missão, Visão e Valores da Unicorp TJ-BA

2.4.1 Missão

Assegurar a educação corporativa e a gestão do conhecimento necessários à qualificação de magistrados e servidores, promovendo uma cultura de aprendizagem organizacional contínua que contribua para o pleno acesso à justiça pelos cidadãos.

2.4.2 Visão

Ser referência em educação corporativa no Poder Judiciário Nacional, constituindo-se em diferencial para a qualidade da prestação jurisdicional e para a valorização humana no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia.

2.4.3 Valores

- **Aprendizagem permanente:** A aprendizagem é um processo contínuo, tendo o cotidiano como principal fonte de desenvolvimento.
- **Valorização humana:** Reconhecimento do magistrado e do servidor como ator principal e protagonista dos objetivos institucionais.
- **Gestão do conhecimento:** Disseminação e socialização de conhecimentos e experiências como geradoras de aprendizado organizacional.
- **Excelência institucional:** Busca pela melhoria contínua da prestação jurisdicional por meio de práticas eficazes, inovação e pensamento estratégico.

2.5 Organização Administrativa

A organização administrativa da Unicorp-TJBA, de acordo com seu regimento, é composta por:

- I – Diretoria-Geral;
- II – Diretoria-Adjunto;
- III – Coordenadoria-Geral;

IV – Coordenadoria-Adjunta;

V - Secretaria-Geral;

VI - Chefia de Gabinete;

VII – Coordenação Pedagógica de Magistrados e Servidores.

3 ESTRATÉGIA EDUCACIONAL PARA O PERÍODO DE 2021-2026

3.1 Diretrizes estratégicas

Em seu papel de unidade conceptiva e braço executor da política de educação corporativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), em estrita observância às orientações da Mesa Diretora, às diretrizes estratégicas do Planejamento Estratégico do TJBA e guiada pela Resolução TJBA n.º 03/2021, a Unicorp -TJBA atua em permanente alinhamento aos macrodesafios institucionais.

Como resultado dessa articulação, foram estabelecidas as seguintes diretrizes estratégicas que compõem o mapa estratégico da educação promovida por esta Escola:

1. Regulamentar política de Ações Afirmativas para inclusão (alinhado ao macrodesafio 1 – Garantia dos Direitos Fundamentais)
2. Qualificar servidores e oferecer capacitações para a consolidação dos precedentes obrigatórios, alinhados ao macrodesafio 3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e ao macrodesafio 6 - Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios)
3. Promover parcerias (alinhado ao macrodesafio 4 – Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais)
4. Priorizar o trâmite digital dos procedimentos internos da Unicorp, melhorar o Índice de Desenvolvimento Sustentável do PJBA, implantar práticas de Sustentabilidade e melhorar o desempenho do PJBA na Estratégia Nacional de Logística Sustentável (alinhados ao macrodesafio 7 - Promoção da Sustentabilidade)
5. Informatizar o fluxo para pagamento de gratificação por instrutoria interna, adotar controle informatizado das atividades internas da Unicorp, elaborar fluxo padrão das atividades desenvolvidas pela Unicorp, ampliar o quadro funcional da Unicorp, instituir prêmio de eficiência e produtividade para os servidores da Unicorp, executar Plano de

Capacitação, fomentar a instrutoria interna e captar profissionais aptos a atuarem como instrutores internos. (alinhados ao macrodesafio 9 - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária e ao macrodesafio 10 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas)

6. Melhorar estrutura da Unicorp para capacitações em EAD e destinar percentual do orçamento anual previsto para capacitações à equipe interna da Unicorp. (alinhado ao macrodesafio 12 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira)

3.2 Perspectivas estratégicas

A estratégia educacional da UNICORP-TJBA desdobra as diretrizes institucionais em objetivos de longo prazo, orientados à realização da missão e da visão da Escola. Esses objetivos direcionam esforços, competências e recursos para o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.

A organização estratégica adota abordagem sistêmica, considerando resultados institucionais, infraestrutura, processos de trabalho, recursos humanos e mecanismos de governança. O mapa de atuação estrutura-se em três perspectivas complementares:

a) Sociedade

A perspectiva Sociedade contempla a contribuição da UNICORP-TJBA para os resultados institucionais do TJBA, para a qualificação da prestação jurisdicional e para o fortalecimento da relação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

b) Processos internos

A perspectiva Processos Internos refere-se à eficiência administrativa e pedagógica da Escola, com foco na padronização de fluxos, na qualidade das ações formativas e na melhoria contínua da gestão acadêmica.

c) Aprendizado e crescimento

A perspectiva Aprendizado e Crescimento contempla os recursos humanos, tecnológicos, financeiros e físicos necessários ao funcionamento da UNICORP-TJBA, bem como a capacitação interna, a inovação e o desenvolvimento institucional.

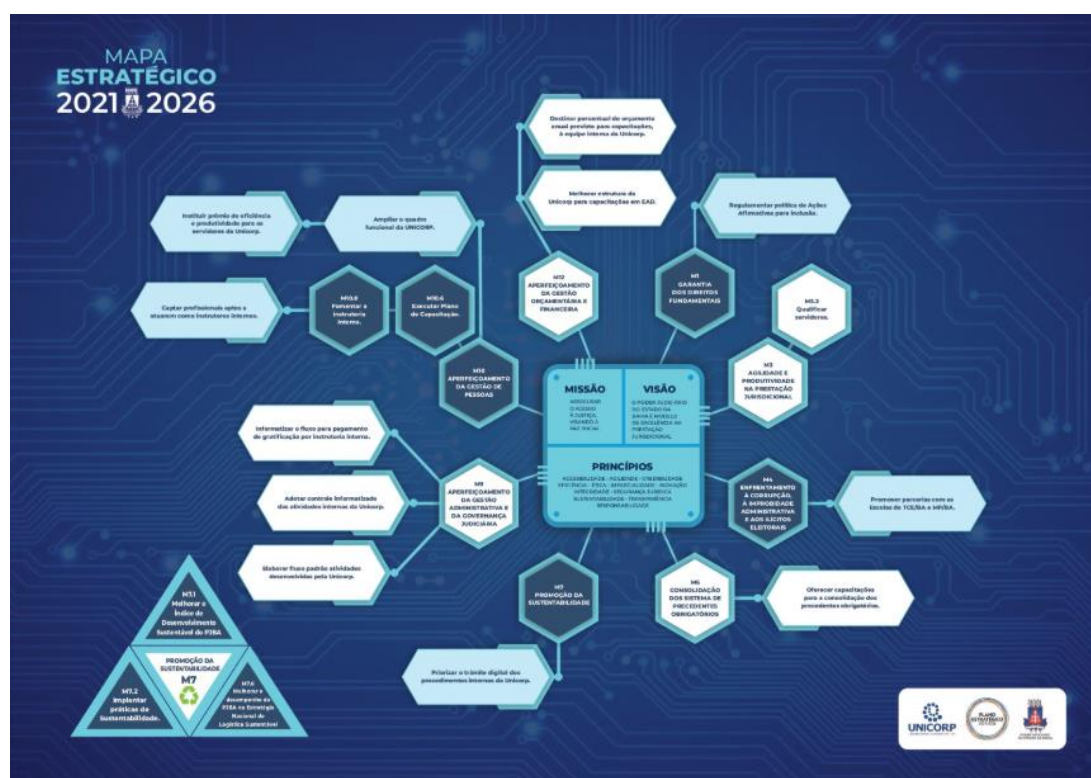
As três perspectivas são interdependentes e orientam a execução integrada da estratégia educacional. A articulação entre elas permite alinhar estrutura, processos e resultados à missão institucional da UNICORP-TJBA.

3.3 Objetivos estratégicos

De acordo com o Planejamento Estratégico do TJBA, o objetivo estratégico (OE) definido para a atuação educacional da UNICORP-TJBA, no período de 2021 a 2026, na perspectiva Aprendizado e Crescimento, é:

OE 10.1 - Implementar ações que promovam o desenvolvimento profissional, a saúde, a cooperação e as relações interpessoais no ambiente de trabalho, valorizando as competências criativas e inovadoras dos magistrados e servidores, promovendo a melhoria contínua das condições laborais, qualidade de vida e equilíbrio da força de trabalho, de maneira a efetivar a missão e a visão institucional.

3.3.1 Mapa Estratégico



3.3.2 Metas e Indicadores de Desempenho

Para acompanhar o desempenho da UNICORP no cumprimento de suas diretrizes educacionais de longo prazo, o planejamento institucional é traduzido em parâmetros quantificáveis. Esse modelo de monitoramento assegura o acompanhamento contínuo da trajetória da Escola, permitindo antecipar desvios, celebrar avanços e aplicar correções de rumo tempestivas sempre que a execução se afastar dos compromissos firmados.

Essa estrutura de gestão por resultados fundamenta-se na correlação entre dois elementos:

- **Indicadores de Desempenho:** Instrumentos métricos que conferem materialidade aos objetivos estratégicos, transformando conceitos institucionais em dados passíveis de mensuração.
- **Metas:** Valores numéricos e temporais que delimitam os alvos a serem alcançados. Embora desafiadoras, as metas são dimensionadas de forma viável para atestar a consolidação da estratégia no período estipulado.

Respeitando a maturidade metodológica e as especificidades da UNICORP - TJBA, a mensuração do desempenho institucional ocorre em dois níveis interdependentes:

I. Indicadores e Metas Estratégicas (Longo Prazo)

Consistem na avaliação macro e sistêmica das diretrizes pedagógicas, vinculando as grandes entregas da Escola à sua visão de futuro organizacional. Abaixo, apresenta-se o indicador estratégico balizador deste ciclo:

Índice de Capacitação de Magistrados (ICMag)

Unidade Responsável	Universidade Corporativa					UNICORP
Indicador	Índice de Capacitação de Magistrados					ICMag
Perspectiva	Aprendizado e Crescimento	Norma		Tipo do Indicador	Estratégico	
Macrodesafio	M10 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS					
Objetivo Estratégico	OE 10.1 - Implementar ações que promovam o desenvolvimento profissional, a saúde, a cooperação e as relações interpessoais no ambiente de trabalho, valorizando as competências criativas e inovadoras dos magistrados e servidores, promovendo a melhoria contínua das condições laborais, qualidade de vida e equilíbrio da força de trabalho, de maneira a efetivar a missão e a visão institucional.					
Alvo	Capacitar anualmente, no mínimo, 70,00% dos magistrados do TJBA até 2026.					
Polaridade	Maior melhor ☒		Menor melhor ☐		Igual melhor ☐	
Valor-base 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Frequência:	Semestral	Categoria:	Efetividade	Expressão:	Taxa	Unidade: %
O que mede	O percentual de magistrados capacitados (participantes que concluíram, ao menos, um curso de capacitação) em relação ao total de magistrados.					
Quem mede	Coordenação de Estatística do TJBA.					
Quando mede	No final de cada semestre.					
Fonte de Dados	Escolas Judiciais.					
Como mede	= [(Quantidade de magistrados capacitados no período) / (Total de magistrados no TJBA no período)] * 100.					

1

Índice de Capacitação de Servidores (ICServ)

Embora a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) figure formalmente como a unidade responsável pela gestão e consolidação do Índice de Capacitação de Servidores (ICServ), a UNICORP - TJBA atua como responsável direta desse resultado. Sendo esta Escola o braço

¹ 1 Fonte: Plano Estratégico 2021-2026 do TJBA. Disponível em: https://www.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2026/03/PE_2021-2026-versao-revisada.pdf

executor da política de educação corporativa do PJBA, o monitoramento do ICServ é indispensável para avaliar a capilaridade, a relevância e o impacto real das nossas ações formativas sobre o corpo funcional.

A inserção deste indicador no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNICORP - TJBA materializa uma visão de governança integrada e transversal: o êxito da SEGESP no atingimento das metas institucionais de desenvolvimento humano está diretamente condicionado à capacidade da Escola de ofertar soluções educacionais de excelência. Dessa forma, o acompanhamento conjunto do índice permite antecipar demandas de qualificação e alinhar a programação acadêmica às necessidades reais do Tribunal.

Abaixo, detalham-se as diretrizes técnicas e as metas institucionais estabelecidas para o indicador:

Unidade Responsável	Secretaria de Gestão de Pessoas					SEGESP
Indicador	Índice de Capacitação de Servidores					ICServ
Perspectiva	Aprendizado e Crescimento	Norma	-	Tipo do Indicador	Estratégico	
Macrodesafio	M10 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS					
Objetivo Estratégico	OE 10.1 - Implementar ações que promovam o desenvolvimento profissional, a saúde, a cooperação e as relações interpessoais no ambiente de trabalho, valorizando as competências criativas e inovadoras dos magistrados e servidores, promovendo a melhoria contínua das condições laborais, qualidade de vida e equilíbrio da força de trabalho, de maneira a efetivar a missão e a visão institucional.					
Alvo	Capacitar anualmente, no mínimo, 50,00% dos servidores do TJBA até 2026.					
Polaridade	Maior melhor ☒		Menor melhor ☐		Igual melhor ☐	
Valor-base 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
45,5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
Frequência:	Semestral	Categoria:	Efetividade	Expressão:	Taxa	Unidade: %
O que mede	O percentual de capacitados (participantes que concluíram curso de capacitação) em relação ao total de servidores.					
Quem mede	Coordenação de Estatística do TJBA.					
Quando mede	No final de cada semestre.					
Fonte de Dados	Escolas judiciais.					
Como mede	= [(Quantidade de servidores capacitados no período) / (Total de servidores no TJBA no período)] * 100.					

II. Indicadores e Metas Táticas (Médio Prazo)

Representam o desdobramento operacional das diretrizes de longo prazo em planos de ações setoriais e anuais da UNICORP - TJBA. Nesse nível, os macro-objetivos da Escola são fragmentados em metas menores e projetos específicos, servindo como ferramenta de gestão diária para o corpo técnico e pedagógico monitorar a evolução dos programas de formação.

3.3.3 Monitoramento dos Indicadores Estratégicos — Sexênio 2021-2026

O monitoramento dos indicadores estratégicos do Sexênio 2021-2026 será realizado pela UNICORP – TJBA de forma contínua e sistemática, com o objetivo de acompanhar o desempenho institucional, avaliar o alcance das metas estabelecidas e subsidiar a tomada de decisões voltadas ao aprimoramento das ações educacionais e do desenvolvimento de competências.

A UNICORP – TJBA promoverá a coleta, consolidação e análise periódica dos dados relacionados aos indicadores estratégicos sob sua responsabilidade, utilizando informações extraídas dos sistemas corporativos, relatórios gerenciais, pesquisas de satisfação, registros acadêmicos e demais instrumentos de acompanhamento institucional. O monitoramento ocorrerá por meio da elaboração de painéis de controle, relatórios técnicos e reuniões de avaliação, possibilitando a identificação de resultados alcançados, desvios, oportunidades de melhoria e necessidades de implementação de ações corretivas.

Além disso, serão realizadas avaliações periódicas do desempenho dos indicadores, considerando os resultados obtidos em relação às metas definidas no planejamento estratégico do PJBA. Os resultados apurados serão apresentados à Administração Superior e às áreas envolvidas, fortalecendo a cultura de gestão orientada a resultados, transparência e melhoria contínua.

4 ARTICULAÇÃO ENTRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E O PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de orientação estratégica da UNICORP-TJBA. Reúne diretrizes estruturantes, objetivos de médio e longo prazo e metas que orientam a atuação da Universidade Corporativa no cumprimento de sua

missão educacional. O Plano de Desenvolvimento Anual (PDA), por sua vez, operacionaliza essas diretrizes por meio de iniciativas, programas, trilhas formativas, cronogramas, responsabilidades e recursos previstos para cada exercício.

A relação entre PDI e PDA observa a lógica de desdobramento estratégico. As perspectivas e objetivos definidos no PDI são convertidos, no PDA, em projetos e ações educacionais com indicadores, prazos e responsáveis definidos. O acompanhamento periódico do PDA retroalimenta a revisão do PDI e permite ajustes tempestivos entre planejamento e execução.

Os PDAs deverão contemplar ações vinculadas aos macrodesafios do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário da Bahia, especialmente ao Objetivo Estratégico 10.1, relativo ao desenvolvimento profissional, à saúde, à cooperação institucional e à qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

A integração entre os instrumentos de planejamento assegura coerência entre as iniciativas educacionais da UNICORP-TJBA e os compromissos estratégicos do Poder Judiciário baiano.

5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

As áreas de atuação acadêmica da UNICORP-TJBA organizam o conjunto de ações educacionais destinadas ao desenvolvimento de competências profissionais, técnicas, gerenciais e pedagógicas no âmbito do Poder Judiciário da Bahia. Elas expressam os campos prioritários de intervenção formativa da Escola e orientam a estruturação de programas, projetos, cursos, eventos, pesquisas e demais iniciativas voltadas à qualificação de magistrados, servidores e outros públicos institucionais definidos conforme a natureza de cada ação.

A definição dessas áreas considera o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário da Bahia, as diretrizes pedagógicas da UNICORP-TJBA, as demandas institucionais de capacitação e a necessidade de alinhar a formação continuada aos processos de trabalho judiciais e administrativos. Desse modo, a organização acadêmica da Escola busca assegurar coerência entre necessidades formativas, objetivos estratégicos e resultados institucionais esperados.

5.1 Áreas de atuação da UNICORP-TJBA

A partir dessa compreensão dos processos amplamente e especificamente pedagógicos, definem-se as seguintes áreas de atuação acadêmica da UNICORP-TJBA:

- formação inicial e continuada de magistrados e servidores;
- formação de gestores e de formadores;
- programas de aperfeiçoamento e pós-graduação;
- divulgação do conhecimento jurídico e interdisciplinar;
- estudos, pesquisas e ações educacionais de interesse institucional.

6 PROGRAMAS

As ações educacionais da UNICORP-TJBA estão estruturadas em 27 programas de formação, distribuídos em seis áreas de competência, conforme detalhado a seguir:

6.1 Gestão de práticas judiciais e administrativas

- Programa de Desenvolvimento de Práticas de 1º e 2º graus.
- Programa de Inovações Legislativas e Novas Práticas.
- Programa de Gestão Administrativa.
- Programa de Aperfeiçoamento em Ferramentas Judiciais, Administrativas e Tecnológicas.
- Programa de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.
- Programa de Atenção a Criança e ao Adolescente.
- Programa de Responsabilidade Socioambiental.
- Programa de Acessibilidade.
- Programa de Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia.

6.2 Métodos consensuais de resolução de conflitos

- Programa de Mediação e Conciliação.
- Programa de Justiça Restaurativa.
- Programa para outros Métodos de Resolução de Conflitos.

6.3 Desenvolvimento de pessoas

- Programa de Gestão de Pessoas.
- Programa de Comunicação Institucional.
- Programa de Segurança Institucional e Pessoal.
- Programa de Formação Inicial, Ambientação e Readaptação Funcional.
- Programa de Formação Continuada para Promoção e Vitaliciamento de Magistrados.
- Programa de Formação de Gestores.

6.4 Governança pública

- Programa de Modernização Tecnológica e Institucional.
- Programa de Gestão de Unidade Judiciária.
- Programa de Gestão Estratégica e Compliance.
- Programa de Qualidade no Atendimento.

6.5 Formação de formadores

- Programa de Formação de Formadores Internos.
- Programa de Formação de Mediadores.
- Programa de Formação em Tutores em EaD.

6.6 Verticalização do ensino

- Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
- Programa de *Pós-Graduação Stricto Sensu*

As Áreas de Competência e seus respectivos programas estão representados na figura abaixo.

ÁREAS DE COMPETÊNCIA

Gestão de Práticas Judiciais e Administrativas

- Programa de Desenvolvimento de Práticas de 1º e 2º graus
- Programa de Inovações Legislativas e Novas Práticas
- Programa de Gestão Administrativa
- Programa de Aperfeiçoamento em Ferramentas Judiciais, Administrativas e Tecnológicas
- Programa de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
- Programa de Atenção a Criança e ao Adolescente
- Programa de Responsabilidade Socioambiental
- Programa de Acessibilidade
- Programa de Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia

Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos

- Programa de Mediação e Conciliação
- Programa de Justiça Restaurativa
- Programa para outros Métodos de Resolução de Conflitos

Desenvolvimento de Pessoas

- Programa de Gestão de Pessoas
- Programa de Comunicação Institucional
- Programa de Segurança Institucional e Pessoal
- Programa de Formação Inicial, Ambientação e Readaptação Funcional
- Programa de Formação Continuada para Promoção e Vitaliciamento de Magistrados
- Programa de Formação de Gestores

Governança Pública

- Programa de Modernização Tecnológica e Institucional
- Programa de Gestão de Unidade Judiciária
- Programa de Gestão Estratégica e Compliance
- Programa de Qualidade no Atendimento

Formação de Formadores

- Programa de Formação de Formadores Internos
- Programa de Formação de Mediadores
- Programa de Formação em Tutores em EaD

Verticalização do Ensino

- Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
- Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

7. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS

7.1 Programação de abertura de cursos de pós-graduação

A programação de abertura e consolidação de cursos de pós-graduação no período de 2021 a 2026 constitui estratégia de verticalização do ensino da UNICORP-TJBA. O objetivo é aprofundar a formação acadêmica e profissional de magistrados e servidores, por meio de iniciativas próprias ou desenvolvidas em parceria com instituições de ensino superior.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a UNICORP-TJBA registra iniciativas de formação avançada, a exemplo de programas de mestrado profissional desenvolvidos em cooperação com instituições reconhecidas, com foco em gestão, inovação, governança e aperfeiçoamento dos serviços públicos. Nesse sentido, estão contempladas no planejamento desta escola a abertura de turmas nos seguintes mestrados profissionais:

Mestrado	Instituição Ofertante
Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas	FGV
Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania	UFBA

Também se inserem nesse eixo parcerias acadêmicas com instituições públicas e privadas, destinadas a ampliar o acesso à formação científica e interdisciplinar e a fortalecer a capacidade institucional de pesquisa, análise crítica e formulação de soluções para desafios do sistema de Justiça, as seguintes instituições abaixo:

- Università Degli Studi di Padova
- Accademia Juris Roma
- Universidade de Syracuse
- Instituto Jurídico Luso-Brasileiro
- Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
- Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
- Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
- Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia S.A. (UNEX)
- FACS Serviços Educacionais Ltda
- Faculdade Baiana de Direito
- Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)

- Fundação Getúlio Vargas
- Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Grupo Ser Educacional S.A
- Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira (UNIFAAHF)
- Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
- Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI)
- Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal
- Associação dos Juízes Federais da Bahia (AJUFBA)
- Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB)
- Escola de Magistrados da Bahia (EMAB)
- Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
- Escola Nacional da Magistratura (ENM)
- Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo (EJMSP)
- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM)
- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Escola Paulista da Magistratura
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) e Escola de Contas do TCM/BA
- Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Escola Judiciária do Piauí (EJUD-PI)
- Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia (TRE-BA)
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)
- Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) e Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP)
- Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)
- Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia (OAB-BA) e Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes (ESA/BA)
- Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE/BA) e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEA)
- Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL)
- Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB)
- Associação de Registradores de Imóveis da Bahia (ARIBA)
- Associação dos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado da Bahia (ARPEN)
- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia
- Secretaria da Administração (SAEB)
- Secretaria de Educação do Estado da Bahia
- Secretaria de Educação dos Municípios de Salvador, Itabuna e Lauro de Freitas
- Polícia Militar do Estado da Bahia
- Academia da Polícia Militar da Bahia (APM)
- Polícia Civil do Estado da Bahia (PCBA) e Academia da Polícia Civil da Bahia (ACADEPOL)

- Guarda Civil Municipal de Salvador/BA (GCMS)
- Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) e Escola de Formação e Qualificação em Gestão Penitenciária Polícia Penal Mirian Teresa da Silva Guimarães
- Hospital de Custódia e Tratamento (HCT)
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)
- Associação dos Procuradores do Município do Salvador (APMS)
- Associação Bahiana de Medicina (ABM)
- Academia de Letras Jurídicas da Bahia
- Instituto AIBA
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
- Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB)
- Fórum Nacional dos Juízes de Competência Empresarial (FONAJEM)
- Instituto de Arbitragem da Bahia (IARB)
- Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP)
- Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD)
- Instituto Brasileiro de Direito de Família – Bahia (IBDFAM-BAHIA)
- Instituto Baiano de Direito Imobiliário (IBDI)
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
- União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS)
- União dos Municípios da Bahia (UPB)

7.2 Atendimento às diretrizes pedagógicas

A UNICORP – TJBA orienta suas ações educacionais para a formação de magistrados e servidores com competência técnica, conduta ética, visão sistêmica, capacidade de inovação, foco em resultados e compromisso com o aprimoramento da prestação jurisdicional e administrativa.

A concretização desse perfil ocorre por meio de itinerários formativos estruturados, compostos por ações educacionais obrigatórias e eletivas, ofertadas nas modalidades presencial, a distância ou híbrida. As ações obrigatórias contemplam, especialmente, a formação inicial e os cursos exigidos para o exercício de atribuições específicas ou cumprimento de normativos institucionais. Complementarmente, são disponibilizadas ações de livre adesão, permitindo que cada profissional assuma papel protagonista em seu processo de desenvolvimento, de acordo com suas necessidades, interesses e objetivos de carreira.

Os percursos formativos mantêm alinhamento com os mecanismos de progressão funcional e desenvolvimento profissional de magistrados e servidores, possibilitando o aproveitamento das certificações obtidas para fins de promoção e valorização na carreira, conforme os critérios estabelecidos na regulamentação vigente.

O acompanhamento e a avaliação das ações educacionais são realizados mediante análise de critérios relacionados à aprendizagem, satisfação dos participantes, desempenho docente, impacto das capacitações e resultados institucionais, cujas informações subsidiam o aperfeiçoamento contínuo dos programas educacionais e a tomada de decisões estratégicas da Escola.

7.3 Inovações significativas

A UNICORP-TJBA compreende a inovação pedagógica como diretriz permanente para a qualificação da formação de magistrados e servidores. Entre as estratégias adotadas, destaca-se a aprendizagem baseada em problemas, por favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da capacidade de solução de situações concretas do ambiente de trabalho.

As tecnologias da informação e da comunicação integram a proposta formativa da Escola, especialmente no desenvolvimento de ações a distância, híbridas e autoinstrucionais. Sua utilização deve estar vinculada a planejamento pedagógico, objetivos de aprendizagem e critérios de acompanhamento.

A organização curricular estrutura-se por itinerários formativos flexíveis, organizados a partir dos processos de trabalho e das competências requeridas para o exercício das funções no âmbito do TJBA. Essa arquitetura permite a construção de percursos de desenvolvimento compatíveis com diferentes perfis profissionais e necessidades institucionais.

7.4 Avanços tecnológicos

O uso de tecnologias digitais na UNICORP-TJBA apoia a ampliação do acesso, a diversificação das metodologias e o acompanhamento das ações educacionais. A plataforma Moodle, adotada como ambiente virtual de aprendizagem, é utilizada em cursos a distância, híbridos e como suporte a ações presenciais.

As tecnologias digitais favorecem a interação entre docentes, tutores e participantes, bem como a integração de diferentes áreas do conhecimento em ações formativas interdisciplinares.

A UNICORP-TJBA dispõe de estúdio para gravação de videoaulas, transmissões ao vivo e produções multimídia, além de laboratórios com computadores conectados à internet e infraestrutura para videoconferências. Esses recursos apoiam a realização de atividades síncronas e assíncronas e o desenvolvimento de competências digitais.

8 CORPO DOCENTE

8.1 Composição e fundamentos

O Corpo Docente da UNICORP-TJBA é constituído por magistrados e servidores que reúnem domínio técnico em áreas de interesse do Poder Judiciário baiano, formação acadêmica adequada e atuação pedagógica alinhada aos Princípios e Diretrizes da própria UNICORP, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, e da Escola Nacional do Judiciário – ENAJU.

Esses profissionais integram o Banco de Docentes desta Escola Judicial, tornando-se referências institucionais na produção e transmissão do conhecimento voltado ao fortalecimento da prestação jurisdicional no Estado da Bahia. O Banco de Docentes representa, assim, um ativo estratégico da UNICORP-TJBA: nele convergem a expertise acumulada pelo Tribunal ao longo de sua história e o compromisso permanente com a excelência formativa.

Em caráter eventual e temporário, nos termos da Resolução TJBA n. 06-A, de 28 de novembro de 2018, a UNICORP-TJBA poderá contar com especialistas externos ao quadro permanente do Tribunal, de modo a ampliar o repertório técnico, científico e pedagógico disponível às ações formativas.

9 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

9.1 Critérios de seleção e contratação

O corpo técnico-administrativo da UNICORP-TJBA é composto por servidores integrantes do quadro do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, selecionados conforme as

normas institucionais aplicáveis. Atividades de apoio poderão ser desempenhadas por colaboradores terceirizados, nos termos da legislação e dos contratos vigentes.

9.2 Políticas de qualificação, plano de carreiras e regime de trabalho

A UNICORP-TJBA estimula o desenvolvimento dos profissionais que compõem seu corpo técnico-administrativo. O regime de trabalho observa as normas institucionais, com jornadas compatíveis com as necessidades acadêmicas, pedagógicas e administrativas da Escola.

As ações de qualificação do corpo técnico-administrativo deverão contemplar capacitações internas, participação em cursos externos e desenvolvimento de competências relacionadas à gestão acadêmica, pedagógica, administrativa e tecnológica.

10 CORPO DISCENTE

10.1 Formas de acesso

O acesso às ações educacionais da UNICORP-TJBA observará os critérios definidos nos projetos pedagógicos, editais, planos anuais de capacitação e sistemas institucionais de inscrição e acompanhamento. A definição do público-alvo considerará a natureza da ação formativa, as competências a serem desenvolvidas, as necessidades institucionais e as normas aplicáveis.

10.2 Acompanhamento, frequência e certificação

O acompanhamento do corpo discente será realizado por registros acadêmicos, controles de frequência, participação nas atividades, avaliações de aprendizagem e demais instrumentos previstos para cada modalidade de ensino. A certificação observará os critérios de aproveitamento, carga horária mínima, frequência e conclusão definidos para cada ação educacional.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT NBR 14724: informação e documentação — trabalhos acadêmicos — apresentação**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2024.

ABNT. **ABNT NBR 6023: informação e documentação — referências — elaboração**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018.

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Resolução TJBA n. 03, de 2021**. Dispõe sobre diretrizes institucionais aplicáveis ao âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Salvador: TJBA, 2021.

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Resolução TJBA n. 06-A, de 28 de novembro de 2018**. Regulamenta a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Salvador: TJBA, 2018.

BAHIA. **Lei n. 14.040, de 20 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a atividade de instrutoria no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2018.

BAHIA. **Lei n. 14.634, de 2023**. Estabelece normas aplicáveis no âmbito do Estado da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 325, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. Brasília, DF: CNJ, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 192, de 8 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 240, de 9 de setembro de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2016.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. **Resolução ENFAM n. 6, de 2025**. Estabelece diretrizes para ações de formação inicial e continuada de magistrados. Brasília, DF: ENFAM, 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Plano Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário da Bahia**. Salvador: TJBA, 2021.



UNICORP-TJBA

UNIVERSIDADE CORPORATIVA **TJBA**

MINISTRO HERMES LIMA